



Fala Egbé

Informativo dirigido às Comunidades de Terreiros de Candomblé • nº 17 • ano VI • Novembro de 2008

Trajetoórias de Supera o

As Comunidades de Terreiros de Candomblé obtiveram diversos avanços no processo de garantia de direitos no ano de 2008.

Vale registrar que passou o tempo em que as políticas públicas voltadas para essas Comunidades se restringiam ao âmbito das a es culturais, ou melhor, aquelas entendidas pelo Estado Brasileiro como estritamente culturais, tais como: a es folclóricas envolvendo danças e festas, alguns atos religiosos e a produ o material de objetos relacionados àquelas manifesta es.

Ainda que o trato e as prioridades de aproxima o dos poderes públicos sejam viciados por um passado, digamos assim, culturalista, conquistas já se fazem visíveis, tanto nos aspectos de políticas sociais como de políticas de apoio ao desenvolvimento sustentável.

As Comunidades de Terreiros sendo consideradas nas políticas ambientais, de saúde, de seguridade social e de garantias territoriais   fato que se pode constatar em diferentes níveis das políticas nacional, estadual e municipal brasileiras. Iniciativas que devem ser valorizadas e elogiadas.

  necessário, porém, superar as barreiras ainda existentes de acesso aos benefícios das políticas públicas. Além dos problemas com a necessidade de qualifica o profissional e escolar para quem deseja preencher os formulários e ter acesso aos meios digitais de informa o dos agentes públicos, está também entre as barreiras encontradas pelas Comunidades a desinforma o e o pouco preparo das máquinas estatais para reconhecer que Terreiros de Candomblé são mais que centros de culto.

Muitas vezes se desconhece que os Terreiros são formas de ocupa o negras das cidades e, por vezes, do interior: Formas de

estabelecer rela es sociais, de consolidar identidades e de guarda da herança afro-brasileira, conferida pelo marco de serem Comunidades Negras Tradicionais. Isso



Evandro Melo - Grupo Od n Ol  impede que muitos diálogos se estabeleçam ou que políticas públicas não sejam encaminhadas. Erros cometidos por compreensões ainda apressadas ou inexistentes, que reduzem   dimensão religiosa todo complexo de rela es que implica a forma o social Terreiro de Candomblé.

Supera o! Essa   uma palavra a ser repetida seguidas vezes pelas Comunidades e pode-se dizer, sem medo de errar, que em 2008 a agenda foi de supera o!

Organizando-se em Caminhadas e Campanhas para superar a intolerância religiosa em todas as formas que ela assume como porta de entrada do preconceito. Anotamos aqui a luta na Justiça em favor do Caso Mãe Gilda – vitorioso em terceira instância, apesar da baixíssima indeniza o aprovada. Destacamos também a campanha feita para a supera o do equívoco de cobrança de IPTU contra o imune e mais que centenário Terreiro da Casa Branca, reconhecido publicamente pela Prefeitura Municipal de Salvador.

Conquistando os espaços públicos coletivos, a exemplo da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, e da busca de implementa o desta em todos os Estados da Federa o. Para isso aliando-se a outras comunidades e povos tradicionais em a es comuns e em seminários que aumentem a sua visibilidade e a aten o da sociedade pelos seus direitos. Vale destacar o Seminário “Comunidades e Tradicionais como Agentes de Desenvolvimento”, em que compromissos foram assumidos por autoridades públicas e em que se pode apresentar as reivindica es das Comunidades de Terreiros e Negras Rurais por seu direito ao desenvolvimento sustentável.

KOINONIA encerra o ano com o sentimento de dever cumprido, por todas as vezes em que solidariamente p de ajudar a promover ou a acompanhar essas trajetórias de supera o.

IPTU: reconhecida a Imunidade da Casa Branca

pág. 3

Caso Mãe Gilda: Vitória no Supremo

pág. 4

Comunidades Negras e Desenvolvimento: demandas e compromissos

págs. 7 a 10

Viva Deus Bisneto

pág. 14

Ações do Programa

Necessidades dos Terreiros	Caminhos
Garantia de posse e propriedade de terra	Formação de associação civil Registro no CNPJ Processos de Usucapião
Reconhecimento de direitos públicos	Elaboração de laudos antropológicos Elaboração de laudos etnoecológicos Processo de imunidade de IPTU
Garantia territorial e melhoria ambiental	Elaboração de levantamentos planialtimétricos Elaboração de projetos paisagísticos
Superação do preconceito e da intolerância religiosa	Ações contra o preconceito e a intolerância religiosa Realização de reflexões e encontros de diálogos que auxiliem as ações contra o preconceito (temas)
Projetos sociais e econômicos	Trabalho voluntário Oficinas: bordado; saúde da mulher; direitos de comunidades Outras oficinas

2ª Jornada da Juventude NE

A Rede Ecumênica da Juventude pela Promoção dos Direitos Juvenis realizará, de 5 a 7 de dezembro deste ano, a 2ª Jornada Ecumênica da Juventude do Nordeste, no Centro Mariópolis, em Igarassu (PE). A primeira jornada aconteceu em Salvador em dezembro de 2007.

Participarão do encontro juventudes de igrejas e organizações de perfil ecumênico.

Os temas a serem abordados são Ecumenismo, Políticas Públicas e Direitos.

Entre os dias 5 e 7 de setembro aconteceu, também em Recife (PE), a 2ª reunião da

Rede Ecumênica da Juventude pela Promoção dos Direitos Juvenis – Nordeste e estavam presentes os jovens representantes das comunidades de Candomblé de Salvador e região metropolitana, que participaram do planejamento da 2ª Jornada.



II Reunião da Rede de Juventude NE, 5 a 7 de setembro. Recife - PE

ASSOCIAÇÃO CIVIL

Em um período marcado por muitas reflexões e festividades, a partir de 25 de agosto, poucas foram as solicitações para registros de associações civis; porém, houve significativos resultados.

Os terreiros que solicitaram atendimento para primeiro registro civil nesse período foram:

- Terreiro Ogum de Cariri – Kilombo (Roça da Sabina)
- Ilê Axé Obá Furikan (Rio Sena)
- Ilê Axé Lofan Demim (Arenoso)
- Unzó Ngunzo Kwa Kayango (Cajazeiras XI)
- Ilê Jêje Dahomé Imburaci (Valéria)

Tiveram seus registros concluídos neste período as associações civis dos terreiros:

- Ilê Axé Obá Oyó,
- Ilê Axé Onirê Ojuirê
- Ilê Axé Alarabedê

RAIS

O prazo de entrega da Relação Anual das Informações Sociais - RAIS, obrigatório para todas as associações civis, normalmente é de 02 de janeiro a 20 de fevereiro de cada ano. Mais informações encontram-se no site do Ministério do Trabalho. (www.mte.gov.br).

NÃO ESQUEÇA!!

PROCESSOS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS

IPTU: Reconhecida a imunidade ao IPTU da Casa Branca

Após forte mobilização popular, com apoio e assessoria de KOINONIA, a prefeitura de Salvador reconheceu a imunidade tributária do Terreiro da Casa Branca. Essa vitória só foi alcançada com o seu apoio na campanha de cartas iniciada em 26 de junho. Agora o território sagrado do Terreiro, que corria risco de ser leiloadado, está protegido.

Em junho, o Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho recebeu um mandado de arresto da Prefeitura de Salvador. A ação se referia à cobrança de uma dívida exorbitante referente ao Imposto Territorial Urbano (IPTU) – imposto ao qual são imunes todos os templos religiosos. Além disso, a Casa foi autuada em mais três processos por falta de pagamento de impostos que chegavam a mais de R\$ 800.000,00. Como as cobranças dos impostos eram totalmente indevidas, KOINONIA, o Espaço Cultural Vovó Conceição e o Grupo Hermes de Cultura e Promoção Social iniciaram uma campanha de cartas para pressionar a

prefeitura a suspender os processos e garantir a imunidade tributária do Terreiro.

Os advogados de KOINONIA também entraram com um processo administrativo na prefeitura, pela Casa Branca, para que o órgão reconhecesse a imunidade tributária da Casa. Os processos contra a Casa Branca foram suspensos no dia 20 de junho e a imunidade tributária foi oficializada em 10 de setembro durante um seminário promovido pela Federação Nacional do Culto Afro (Fenacab) e apoiado pela Secretaria de Reparação do Município.

O Procurador Rafael Carrera anunciou o reconhecimento da imunidade tributária com a assinatura do pedido formal de desistência dos processos de execução fiscal e Sandro Correia, Secretário da Reparação, assumiu o compromisso de que autoridades realizariam uma visita à Casa Branca para entregar o documento que atesta a imunidade tributária do Terreiro.

O Povo de Santo e aqueles que defendem a liberdade religiosa e a garantia de direitos estão aliviados com o desfecho do caso, mas esperam que haja uma retratação formal das autoridades com o Terreiro da Casa Branca.

Mais luta e conquista

Soma-se a esse momento de conquistas mais uma grande notícia: o *Manso Dandalungua Cocuazenza*,

terreiro da nação angola localizado na Estrada Velha do Aeroporto, também teve sua imunidade tributária garantida a partir de processo administrativo encaminhado pelo Programa Egbé Territórios Negros, de KOINONIA. O inusitado é que a imunidade ao IPTU já estava reconhecida há mais de um ano, ficando desconhecida por ter havido uma alteração do número de processo.

Agora é a vez do *Ilê Axé Oló Omin* que também teve a sua imunidade solicitada. O processo está iniciado.

O IPTU é o imposto cobrado a todos aqueles que possuam um terreno, construído ou não que tenha um mínimo de condições básicas, a exemplo de luz, água e saneamento básico. O órgão responsável pela cobrança é a secretaria da fazenda do município. Portanto, todo imóvel deve pagar o IPTU, exceto os que funcionam templos religiosos, como podemos perceber no artigo da Constituição Federal:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte é vedado ... aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre:
b) templos de qualquer culto

Justiça condena Igreja Universal no Caso Mãe Gilda

Na semana em que se realizavam duas manifestações públicas contra a intolerância religiosa - dia 19 em Salvador; e no dia 21 no Rio de Janeiro - a Justiça deu ganho de causa para os herdeiros de Mãe Gilda. O caso, que se desenrola há 9 anos com o acompanhamento de KOINONIA, chegou à última instância, o Superior Tribunal de Justiça, que confirmou por unanimidade a condenação à igreja Universal do Reino de Deus. A decisão da Quarta Turma do STJ obriga o jornal Folha Universal, que publicou a foto de Mãe Gilda sob manchete ofensiva, a publicar uma retratação. O valor da indenização arbitrado pela 17ª Vara Cível da Bahia de R\$ 1,4 milhão foi reduzido para R\$ 145.250,00. A saga do Abassá de Ogum, hoje comandada pela Iyalorixá Jaciara Ribeiro dos Santos, filha consanguínea de Mãe Gilda, iniciou quando esta resolveu participar das manifestações públicas e populares pela reivindicação do impeachment do então presidente da república brasileira, Fernando Collor de Mello. A campanha ficou conhecida como o 'Fora Collor', na década de 1990, e contou com a participação ativa de milhares de cidadãos brasileiros em todo o território nacional, contendo diversas expressões, das mais variadas vertentes populares e/ou governamentais, como forma de demonstrar a insatisfação com a

situação e garantir a destituição do presidente. Entretanto, foi a forma de expressão da Mãe Gilda eleita pela lurd para atacar o povo do Candomblé na sua crença e manifestação prática da sua religiosidade. A revista Veja publicou matéria em 1992 em que aparecia uma foto de Mãe Gilda, trajada com roupas de sacerdotisa, tendo aos seus pés uma oferenda como forma de solicitar aos orixás que atendessem às

decisão, Mãe Jaciara Santos, filha de Mãe Gilda apenas lamenta não ter podido acompanhar pessoalmente o julgamento. Discorda da diminuição do valor da indenização - não pelo que os herdeiros receberão, mas pelo que a quantia representa para uma instituição do porte da Igreja Universal. Mas isso não tira o desejo de celebrar essa conquista, afirmou Jaciara, assim que soube da decisão: *"A vitória pertence a*

constituindo seus advogados para defender o caso, em clara expressão do seu desejo por reparação. É exatamente a partir deste momento, quando KOINONIA assume a defesa do Caso Mãe Gilda, que o tema da intolerância religiosa passa a ser discutido, numa mudança perceptível no comportamento de diversos segmentos da sociedade, que se engajam nessa luta, se apropriando do tema que há muito tempo precisava sair do anonimato. Atualmente, como forma de reconhecimento e apoio à causa, inicialmente do Município de Salvador e posteriormente, do Governo Federal, foi instituído o 21 de janeiro como o Dia de luta contra a intolerância religiosa. Data em que pessoas de diferentes credos, raças, etnias, sexo celebram mais um passo a favor da dignidade humana para compartilhar caminhos que possibilitem o enfrentamento a essa vergonha, que se alastra de forma ampla, geral e irrestrita: a Intolerância Religiosa. Esta forma nefasta de impedir a livre expressão religiosa individual e coletiva garantida por lei é desrespeitada por vários setores da nossa sociedade. Inclusive por instituições religiosas que, apesar de pregarem princípios de amor ao próximo, solidariedade e respeito, não estão devidamente preparadas para responder a esse desafio e acabam por demonstrar preconceitos e discriminar a partir de posturas institucionais, como o caso de Mãe Gilda, que hoje serve de inspiração e símbolo de luta para todos nós.

A vitória pertence a todo o Povo de Santo, e a todos que lutam contra a intolerância religiosa.

Mãe Jaciara

súplicas daquele momento. A lurd publicou essa fotografia no jornal Folha Universal, em outubro de 1999, associada a uma agressiva e comprometedor reportagem sobre charlatanismo, sob o título: "Macumbeiros charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes". A matéria afirmava estar crescendo no País um "mercado de enganação". Na reportagem do jornal da Igreja Universal, a foto da Mãe Gilda aparece com uma tarja preta nos olhos. A publicação dessa foto marca o início de um doloroso, porém definidor processo de luta por justiça da família e de todos os religiosos do Candomblé. Hoje, muito feliz com a

todo o Povo de Santo, e a todos que lutam contra a intolerância religiosa". Ainda cabe recurso no processo, mas a vitória é garantida e está próxima de ser definitiva

A luta contra a intolerância religiosa: mobilização e conquistas

A ação por danos morais e uso indevido da imagem contra a lurd foi movida pela Iyá Jaciara, apoiada pelos advogados de KOINONIA, que passaram a representar a família na ação, por meio da assessoria do Programa Egbé Territórios Negros. O falecimento de Mãe Gilda se deu no dia seguinte em que assinou a procuração

Oficinas, seminários e parcerias

AÇÕES NO BAIXO SUL DA BAHIA

O segundo semestre de 2008 contou com a realização de várias atividades de discussão e capacitação para as comunidades negras rurais atendidas pelo Programa Egbé Territórios Negros, de KOINONIA.

Foram eventos que reuniram representantes de comunidades negras rurais e remanescentes de quilombos de Jatimane, Boitaraca (Nilo Peçanha); Ronco, Barroso, Machado, Abóboras, Porto do Campo, Dandara dos Palmares, Maria Ribeira, Pimenteira, Pratigi e Lamero (Camamu); Laranjeira (Igrapiuna) e Brejo Grande (Ituberá).

Entre as ações, merece destaque o Curso de Formação em Direitos Quilombolas e a oficina da comunidade de Barroso, em continuidade ao processo de formação iniciado em 2007 junto às comunidades atendidas pelo Programa Egbé. As ações na região do baixo sul da Bahia compõem o Projeto de "Capacitação e apoio ao desenvolvimento de Comunidades Negras Tradicionais no Brasil", co-financiado pela União Européia, Christian Aid e EED (Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento). Como parceiros das atividades estão o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camamu e do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop).

OFICINA NA COMUNIDADE DE BARROSO

Após percorrer 11 km de uma estrada de barro em péssimas condições, que corta uma área de vegetação exuberante de Mata Atlântica da região do Baixo Sul da Bahia, a equipe do Programa Egbé foi recebida com muito entusiasmo pela comunidade de Barroso, localizada no município de Camamu.

O motivo da visita foi mais uma ofi-



Oficina na comunidade de Barroso.

cina do Projeto "Capacitação e Apoio ao desenvolvimento das Comunidades Negras tradicionais do Brasil", realizado pelo Programa Egbé Territórios Negros de KOINONIA.

A oficina foi aberta pelo presidente da associação de Barroso, Antonio Correia dos Santos, que afirmou que o momento era de esclarecimento de dúvidas. A fala de Santos deu o tom para o encontro que buscou informar os participantes sobre os direitos das comunidades quilombolas. Essa temática é, cada vez mais, de interesse da população da região do Baixo Sul, já que desde 2005, diversas comunidades locais foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo. E a partir daí os governos municipais, estaduais e federal começaram a promover políticas públicas específicas para essas comunidades.

Na oficina estavam presentes além de Barroso, certificada em março deste ano; representantes de Pimenteira, também certificada pela FCP, em abril de 2008; e moradores das comunidades Dandara dos Palmares e Terra Seca.

Os cerca de 30 participantes debateram temas como identidade, história, acesso a políticas públicas e os direitos das comunidades quilombolas. A oficina permitiu que muitas dúvidas fossem esclarecidas. Representantes do Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais (Sasop) e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de

Camamu também contribuíram com o evento.

A comunidade de Barroso

Cultivar cacau, cravo, guaraná e cereais são as principais atividades da comunidade de Barroso, formada por trinta e cinco famílias. Parte da produção é vendida em Camamu, mas, segundo Antonio, o difícil acesso à comunidade prejudica muito o escoamento da produção.

Dificuldade de acesso é um dos grandes problemas de Barroso. A estrada que liga a comunidade à rodovia para o povoado de Acaraí está em péssimas condições. São 11 Km de estrada de barro na qual só carros com tração nas quatro rodas conseguem passar.

Esse isolamento geográfico também dificulta o acesso à educação, já que a escola da comunidade só comporta crianças até a quinta série. Após esse período, elas enfrentam duas horas para chegarem à escola mais próxima. Primeiro são transportadas por um caminhão até a rodovia e depois por um coletivo.

A expectativa da comunidade é que a qualidade de vida melhore, já que, segundo o presidente da associação, estão previstos um projeto que levará água à comunidade e os moradores estão envolvidos em ações de economia solidária. Barroso também está participando de um projeto do Sasop de resgate do trabalho com o barro da região. Homens, mulheres e crianças aprenderam as técnicas de trabalho com o barro e estão produzindo diversos objetos com o material.



A comunidade de Barroso voltou a produzir objetos com o barro da região.

CURSO DE FORMAÇÃO EM DIREITOS QUILOMBOLAS

O objetivo do curso é formar agentes locais capazes de repassar as informações básicas sobre a definição e os direitos das comunidades quilombolas, bem como os passos iniciais para a sua identificação e regularização territorial. Outro ponto de pauta foi a criação de uma Secretaria de Quilombos no STR de Camamu, para que as comunidades da região possam encontrar informações básicas sobre a questão quilombola.

Entre as perguntas do grupo, estavam questões como: Porque as comunidades quilombolas têm direitos específicos segundo a legislação? Quais os caminhos para garantir tais direitos? Quais políticas públicas existem para estas comunidades?

Oficinas e filmes marcaram os debates sobre direitos quilombolas

Durante o curso um dos temas abordados foi *Identidade, Ancestralidade e Resistência*, através de uma oficina realizada por Marta Alencar (Programa de Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero - Ceafro, promovido pelo Centro de Estudos Afro Orientais - CEAO da Universidade Federal da Bahia), com a colaboração de Euede Sinha (Intecab) e Tata Kamukengue Jijo, do Terreiro São Roque, Salvador (BA), focando na identidade e intolerância religiosa. Outro tema

de destaque foi o direito à saúde e sexualidade, que foi tratado na *Oficina de Saúde e Direitos*, dirigida por Ester Almeida, do programa Saúde e Direitos, de KOINONIA.

O curso contou ainda com a presença de Andrezito Santos Souza, coordenador do Território do Baixo Sul – ligado a Agência de Assessoria e Comercialização de Agricultura Familiar (AACAF), que colaborou na discussão sobre políticas públicas. Andrezito acompanha o processo de discussão do Território do MDA e agora do Território da Cidadania do Baixo Sul. Presentes ainda Manuel Luis, Presidente do STR de Camamu; Ana Celsa B. Souza e Luciano Lima da Paixão, representando o Sasop, além de diretor do STR de Ituberá e Josenildo Normandia, Secretário de Cultura, Esporte e Lazer do município de Ituberá.

No decorrer da semana foram exibidos filmes que abordavam as temáticas da identidade afro-descendente e quilombola, como os filmes: Atlântico Negro, Kiriku e a Feiticeira e o vídeo *Visões Quilombolas*, produzido por KOINONIA.

A festa de confraternização ficou por conta do Grupo de Capoeira Cap Art, de Ituberá, levado pela Secretaria de Cultura do município.

Plantando sementes

Na avaliação dos organizadores do Curso de Formação em Direitos Quilombolas, os debates serviram para levar aos quilombolas, de forma mais detalhada, as informações que o Programa Egbé já vinha apresentando no Baixo Sul desde 2007. “*Os participantes saíram convencidos* que a auto-identificação quilombola precisa vir da comunidade, pois sem o entendimento coletivo não tem como os processos irem à frente. Serviu também para que eles se apropriassem da legislação existente, que reafirma o direito das comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais, como Artigo 68, Decreto 4887, Convenção 169 e Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”, destacou Ana Gualberto, Assessora do Programa Egbé Territórios Negros.

JUVENTUDE MOBILIZADA

O Grupo Obabyan, formado por jovens de Candomblé de Salvador, reúne-se regularmente para organizar e discutir o fortalecimento de sua rede, debatendo suas necessidades, experiências e dificuldades. Visite o blogue do grupo no endereço: <http://obabyan.blogspot.com>

Eles já estão empenhados na organização de uma caravana para garantir a presença na 2ª Jornada da Juventude NE que acontecerá em Recife ainda este ano. Leia sobre a Jornada na página 2 desta edição.

DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

IV Conferência Jaime Wright, realizada pela Faculdade 2 de Julho entre os dias 22 e 24 de setembro, teve como tema os ‘Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento’. Esta edição da conferência contou com a participação do Pastor Djalma Torres - Cepesc e do Tata Kamukengue Eldon Lage – Terreiro São Roque na realização da oficina ‘Diálogo Inter-religioso’ que teve grande audiência e debate.



Multiplicadores e multiplicadoras do Baixo Sul.

Comunidades Negras Tradicionais como Agentes de Desenvolvimento

Dezesseis comunidades quilombolas e negras rurais, representando as comunidades do Baixo Sul da Bahia, e 57 Terreiros de Candomblé de Salvador, atendidos por KOINONIA, participaram do Seminário Comunidades Negras Tradicionais como Agentes de Desenvolvimento.

O evento foi realizado por KOINONIA no Grande Hotel da Barra, em Salvador (BA), e convocado em parceria com o Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira (INTECAB) e o Instituto de Gestão das Águas e Clima (Ingá).

Entre os dias 29 e 31 de outubro, além das comunidades presentes, estiveram representados os seguintes órgãos: Ministério da Educação (Mec); Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Secretaria de Relações Institucionais do Governo da Bahia (Serin); Superintendência do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) da Bahia; Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz); Secretaria Municipal da Reparação (Semur); Secretaria de Promoção da Igualdade (Sepromi); Coordenação de Diversidade da Secretaria de Educação do Estado da Bahia; Superintendência Estadual de Vigilância e Proteção da Saúde; Secretaria

Municipal de Saúde; Instituto de Gestão das Águas e Clima (Ingá); Secretaria Estadual de Cultura da Bahia - Fundação Pedro Calmon.

A iniciativa faz parte do Projeto de KOINONIA “Capacitação e apoio ao desenvolvimento de Comunidades Negras Tradicionais no Brasil”, co-financiado pela União Européia, Christian Aid e EED (Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento). O projeto, promovido desde 2007, atende 15 Terreiros de Candomblé, localizados em Salvador, e 22 comunidades negras rurais da região do Baixo Sul da Bahia.

Um dos resultados do Seminário foi o processo de mobilização pela criação da Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais, para a qual foram elencados uma série de princípios e ações prioritárias.

Os participantes produziram um documento com essas propostas, que será entregue à Secretaria de Relações Institucionais do Governo da Bahia.

Outro destaque do evento foi o conjunto de compromissos com as comunidades assumido pelas autoridades presentes. Publicamos a seguir os dois documentos.

Princípios que deveriam orientar a atuação da COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS:

- A Comissão deve buscar garantir a participação das comunidades nos debates, decisões e encaminhamentos;
- A Comissão deve sempre zelar para que as comunidades recebam as informações que lhes interessam;
- A participação dos representantes das comunidades tradicionais na Comissão deve ser garantida inclusive com apoio para deslocamentos, quando necessário;
- A promoção, socialização, valorização e proteção da tradição oral das comunidades tradicionais e dos seus saberes;
- Dar visibilidade social às religiões de matriz africana em Salvador.

S E M I N Á R I O
Comunidades Negras Tradicionais como Agentes de Desenvolvimento.
 29, 30 e 31 de outubro de 2008.
 Salvador, BA.

promoção: **KOINONIA** Presença Ecumênica e Serviço
www.koinonia.org.br

apoiado por: **União Europeia**, **EED**, **AIC**, **IF**, **+**

Este evento foi produzido com apoio da União Européia. O conteúdo do evento é da exclusiva responsabilidade de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Européia.

Propostas de Linhas de Ação para a Comissão Estadual para o Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais

Propor e monitorar ações que garantam a consolidação, na Bahia, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)

- Buscar a flexibilização do acesso aos recursos públicos pelas comunidades negras tradicionais

Propor linhas políticas de referência para a participação das representações dos povos e comunidades tradicionais nos diversos Conselhos, Fóruns e outros espaços de deliberação, tais como:

- Fórum Estadual de Educação na Bahia;
- Conselhos de Saúde (estaduais, municipais, locais),
- Reformulação do Plano Estadual de Recursos Hídricos
- Rede de pesquisadores do levantamento das comunidades negras tradicionais
- Coordenação Estadual de Juventude
- Outros espaços

Monitorar a criação, execução, continuidade ou ampliação de programas e ações do governo federal, do governo estadual e do município em relação a:

- Ações de implementação da lei 10.639/2003 nas escolas
- Formação de professores em história e cultura africana e afro-brasileiras e em relações étnico-raciais,
- Produção de material didático específico para escolas de áreas quilombolas
- Ação conjunta dos órgãos estaduais para criação de planos de desenvolvimento das áreas quilombolas
- Ações e campanhas específicas, tais como as relacionadas à dengue e à leishmaniose (esta, no Baixo Sul)
- Ações do PAC/Funasa em relação às ações de saneamento e abastecimento d'água, e das ações nas áreas de saúde, educação e das demais secretarias de Estado
- Programa de educação para a diversidade para agentes comunitários de saúde

- Realização de oficinas e feiras de saúde junto aos terreiros
- Utilização da Carta das Águas como instrumento para a cobrança de implementação de políticas públicas dos recursos hídricos
- Ações de controle e fiscalização ambiental
- Formação de agentes voluntários das águas
- Programa de Aquisição de Produtos Extrativistas (PAE)
- Programa de Aquisição de Alimentos para distribuição na rede de assistência social, no Baixo Sul da Bahia
- Demandas das comunidades quilombolas certificadas que necessitam das ações do INCRA para o reconhecimento fundiário
- Solução da titulação de famílias quilombolas que receberam títulos individuais de propriedade antes da demarcação do território quilombola
- Regularização fundiária e ATER das comunidades quilombolas (Grupo Intersetorial)
- Respostas para a situação fundiária dos imóveis dos terreiros
- Política pública que assuma a dinâmica territorial como unidade de planejamento de governo para os 26 territórios do estado da Bahia
- Capacitação de servidores municipais das diversas secretarias para que ajam sem promover a intolerância religiosa em suas ações (educação para as relações étnico-raciais);
- Criação de condições na SEFAZ para a isenção tributária para os terreiros de Candomblé em Salvador;
- Criação de órgãos responsáveis pela igualdade racial e pela discussão das questões étnico-raciais nas esferas municipais
- Operacionalização da legislação existente para a superação da intolerância religiosa e do racismo
- Reconhecimento dos saberes tradicionais das comunidades negras tradicionais (IPHAN- Patrimônio imaterial)

- Uso da Lei municipal que permite tratar como patrimônio histórico e cultural os terreiros de Candomblé
- Criação de uma Lei estadual de proteção do patrimônio imaterial e material das comunidades negras tradicionais da Bahia.

Divulgar para as comunidades os programas que podem ser acessados (e as formas de acesso) em relação a:

- Formação de professores
- Repasse direto de recursos para escolas
- merenda escolar
- Editais para fomento de projetos desenvolvidos para as comunidades negras tradicionais (MDS e outros)
- Formas de acesso aos fundos para projetos (do MDS, das Secretarias de Estado e outros fundos)
- Editais ligados à área cultural

Divulgar para as comunidades relatórios e dados sobre:

- Programas e repasses de recursos federais nos municípios
- Programa de monitoramento da qualidade das águas
- Situação dos processos de titulação e demarcação das áreas quilombolas na Bahia
- Ações legislativas que demandam o bloqueio das atuais políticas de reconhecimento dos territórios quilombolas
- Cartilha de orientação jurídico tributária para os terreiros
- Casos denunciados de intolerância religiosa e procedimentos de reparação
- Ações do PAC Quilombola
- Ação do Observatório da Igualdade Racial e da Violência contra a Mulher, que atua no Carnaval
- Conhecimento da Lei de Repartição de Benefícios de Conhecimentos e Práticas Tradicionais
- Mecanismos de efetivação do Decreto Lei da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, PNPCT (Decreto 6.040/2007).

Compromissos assumidos

Coordenação de Diversidade da Secretaria de Educação do Estado da Bahia

- Executar a Lei 10.639/2003 e formar professores para os currículos das relações étnico-raciais e história e cultura afrobrasileira, em Salvador e no Baixo Sul (BA);
- Criar condições para que as comunidades de terreiros façam parte do Fórum Estadual de Educação na Bahia;
- Levantar as demandas de educação, saúde e direito fundiário nas comunidades quilombolas em órgãos federais, como o INCRA;

Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão, Secretaria de Alfabetização Continuada e da Diversidade do MEC

- Fomentar a produção de material didático para as comunidades quilombolas;
- Formar professores de acordo com a Lei 10.639/2003;
- Formar professores para as classes multisseriadas;
- Informar sobre os financiamentos para a merenda escolar, diferenciados, aos municípios do Baixo Sul.

Superintendência Estadual de Vigilância e Proteção da Saúde

- Favorecer a participação das comunidades negras tradicionais nos Conselhos de Saúde e nos Comitês do Estado, relativos a campanhas e ao SUS;
- Promover educação aberta à diversidade junto aos agentes da Secretaria de Saúde;
- Realizar ações especiais sobre o caso da leishmaniose no Baixo Sul.

GT Saúde da População Negra, Secretaria Municipal de Saúde - Salvador

- Fomentar a valorização dos conhecimentos tradicionais das religiões de matriz africana;
- Dar continuidade à realização de oficinas e feiras de saúde junto aos terreiros;

- Ampliar a representação das religiões de matriz africana no Conselho Municipal de Saúde.

INGÁ – Instituto de Gestão de Águas e Clima

- Promover a consolidação da *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)*, na Bahia;
- Dar continuidade à política de realização dos Encontros das Águas;
- Respeitar a *Carta das Águas*, e manter diálogo com o *Conselho pelas Águas*, instalado, oficialmente, com a participação dos povos e comunidades tradicionais;
- Monitorar a qualidade das águas com o compromisso: “Água para todos é água para sempre”;



Painel: Políticas de Educação e Saúde

- Estimular a participação das comunidades negras tradicionais na reformulação do Plano Estadual de Recursos Hídricos a partir dos Comitês de Bacia;
- Facilitar o acesso ao decreto que regulamenta a fiscalização da outorga de água pelo INGÁ, também em formato não-digital, para as comunidades tradicionais;
- Formar agentes voluntários das águas entre as comunidades negras tradicionais.

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

- Divulgar as formas de acesso aos fundos conveniados entre a Petrobrás e o

Conselho Nacional de Comunidades de Povos Tradicionais;

- Convidar as comunidades presentes neste seminário para o “1º Encontro para a sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais da Bahia”, promovido com o Governo do Estado - BA;
- Fomentar a participação das comunidades negras tradicionais nas linhas do Programa de Aquisição de Produtos Extrativistas (PAE);
- Ampliar a participação das comunidades nas linhas de fomento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o PAA Leite, para distribuição no Baixo Sul;
- Capacitá-las para elaboração de projetos para os PAAs.

- Informar qual é o fluxo de acesso da sociedade ao novo fundo provindo da apreensão de extração ilegal de madeiras;

- Divulgar as avaliações dos resultados do programa Bolsa Família aos presentes neste Seminário;

- Fomentar o acesso ao Benefício de Prestação Continuada para as comunidades

quilombolas e comunidades de terreiros que tenham renda familiar de até ¼ do Salário Mínimo por pessoa;

- Responder demandas de associações e de conselhos das comunidades tradicionais para participação na distribuição de cestas básicas;
- Informar sobre os editais de projetos do MDS aplicáveis às comunidades negras tradicionais;
- Estimular a participação das Ongs e das comunidades na rede de pesquisadores do levantamento das comunidades negras tradicionais;
- Possibilitar a formulação de convênios que beneficiem produções nas comunidades negras tradicionais de terreiros;

- Instar o MMA para promover mecanismos de conhecimento da Lei de Repartição de Benefícios de Conhecimentos e Práticas Tradicionais;
- Enviar para KOINONIA o relatório dos mecanismos atuais de efetivação do Decreto Lei da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, PNDSPCT (Decreto 6.040/2007);
- Encaminhar para KOINONIA informações sobre os editais, programas e ações do Governo Federal que lhes são acessíveis, para divulgação entre as comunidades negras tradicionais.
- Assegurar ações de preservação das tradições lingüísticas dos povos e comunidades tradicionais, com a participação de seus representantes;
- Levantar as reivindicações apresentadas pelas comunidades negras tradicionais deste Seminário para o Comitê Executivo Estadual;
- Convidar as comunidades negras tradicionais deste Seminário para o "1º. Encontro para a sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais da Bahia";
- Divulgar o processo e os critérios de constituição da Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- Facilitar os processos de comunicação da juventude de candomblé com a Coordenação Estadual de Juventude.

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária – BA

Compromissos assumidos com as comunidades negras rurais e remanescentes de quilombos:

- Receber as demandas de reconhecimento fundiários das já certificadas na Bahia pela Fundação Cultural Palmares;
- Divulgar as contestações, no campo legislativo, às políticas de reconhecimento dos territórios quilombolas;
- Debater sobre a solução da titulação dos territórios em que famílias já têm títulos individuais de propriedade;
- Agendar uma visita ao Baixo Sul, ainda no ano de 2008, para explicar o estado dos processos na região.

Secretaria de Relações Institucionais do Governo da Bahia

- Manter a dinâmica territorial como unidade de planejamento de governo para os 26 territórios do Estado da Bahia;
- Alinhar-se às políticas públicas federais para as comunidades e povos tradicionais;



Representantes de comunidades negras rurais do Baixo Sul

Coordenação de Tributação da Secretaria de Municipal de Fazenda – Salvador

- Receber solicitações de imunidade tributária dos Terreiros de Candomblé com Associação legalizada;
- Oferecer orientações técnicas sobre os processos de constituição de associação para terreiros com vista à imunidade tributária.

Secretaria Estadual de Cultura da Bahia - Fundação Pedro Calmon

- Promover, valorizar e proteger a tradição oral das comunidades negras tradicionais e os seus saberes;
- Criar mecanismos de socialização dos saberes tradicionais das comunidades tradicionais com a sociedade;
- Facilitar pelo IPHAN o reconhecimento dos saberes das comunidades negras tradicionais;
- Monitorar e fazer avançar entre os gestores municipais o uso da Lei de patrimônio histórico e cultural para os Terreiros de Candomblé;
- Discutir com os gestores municipais a posse e o uso do Livro dos Saberes Tradicionais, para registro imaterial da produção cultural das comunidades negras tradicionais;
- Encaminhar junto ao Estado da Bahia a criação de uma Lei de proteção do patrimônio imaterial e material das comunidades negras tradicionais da Bahia;
- Encaminhar, para divulgação por KOINONIA, informações sobre os editais ligados à Cultura.

COMUNIDADES DE CANDOMBLÉ REPRESENTADAS NO SEMINÁRIO:

Axé Abassá de Ogum, Casa Branca, Ilê Axé Anandeyú, Ilê Axé Airá, Ilê Axé Ajagunon Elegbo, Ilê Axé Alafumbí, Ilê Axé Alarabedé, Ilê Axé Gezubum, Ilê Axé Ig Bonan, Ilê Axé Jfokan, Ilê Axé Jitolobí, Ilê Axé Kalé Bokum, Ilê Axé Obá Tony, Ilê Axé Odé Gmin, Ilê Axé Odé Tola, Ilê Axé Ofá Omin, Ilê Axé Ojá Onipó Neto, Ilê Axé Ojuirê, Ilê Axé Olufan Anancidê Omim, Ilê Axé Olufanjá, Ilê Axé Omin Ewá, Ilê Axé Omin Funkó, Ilê Axé Omin J'Obá, Ilê Axé Omin Landê, Ilê Axé Omin Lonan, Ilê Axé Omin Ninjá, Ilê Axé Omo Ofá Loke, Ilê Axé Onicofá Bonijá, Ilê Axé Oxumarê, Ilê Axé Oyá, Ilê Axé Oyá Matamba, Ilê Axé Oyó

Bomin, Ilê Axé Tunadení, Ilê Axé Vintém de Prata, Ilê Axé Yalodeidê, Ilê Axé Yjá Osshum, Kansua Monaleuci, Manso Dandalungua Cocuazenza, Nzo Sasaganzua Mono Guiamazé, Terreiro Alojá, Terreiro Boiadeiro de Jussara, Terreiro Caboclo Catimboá, Terreiro de Oxum, Terreiro do Cobre, Terreiro Guerebetã Gume Sogboadã, Terreiro Ilê Axé Oyh, Terreiro Kawizidi Junçara, Terreiro Mokambo, Terreiro Oxossi Mutalambó, Terreiro Pena Branca, Terreiro São Roque, Terreiro Tumba Junçara, Terreiro Viva Deus Bisneto, Terreiro Viva Deus Filho, Terreiro Vodun Zo, Unzô Bankisê, Unzo Sasaganzua Kakitembo Kiatala Mba Katuala.

COMUNIDADES NEGRAS RURAIS REPRESENTADAS NO SEMINÁRIO:

Abóbora, Barro Vermelho, Sítio do Mato, Barroso, Dandara dos Palmares, Garcia, Lameiro, Pedra Rasa, Pimenteira, Porto do Campo, Pratiği, Ronco, Terra Seca (Município de Camamu);

Laranjeiras (Município de Igrapiúna); Brejo Grande (Município de Ituberá); Quitungo (Município de Marai); Boitaraca e Jatimane (Município de Nilo Peçanha).

Candomblé: Destaques na Imprensa em 2008

A partir da análise de nosso *clipping* de notícias sobre Candomblé e religiões de matriz africana, selecionamos notícias importantes para o Povo do Santo – seja pelas agressões ainda existentes, seja pelas reações cada vez mais contundentes, seja pela resposta do poder público às exigências impostas pelos direitos conquistados. Excepcionalmente não publicaremos a seção “Todo dia devia ser 21 de janeiro”.

CONQUISTAS

Em 21 de janeiro de 2008 comemorou-se pela primeira vez em todo País o Dia nacional de Combate à Intolerância Religiosa. A data, escolhida em homenagem à memória de Mãe Gilda, já era celebrada no Rio de Janeiro e em Salvador. A partir da Lei nº 11.635, sancionada em dezembro de 2007 pelo presidente Lula, passou a fazer parte do calendário oficial da União.

Fontes: Jornal A Tarde em 22/02/2008; Jornal Correio da Bahia em 22/01/2008; Site Antônio Córrea Neto on line em 21/01/2008; Portal Vermelho em 22/01/2008; Gazeta on line em 20/01/2008; Agência Brasil em 17/01/2008; Agência Carta Maior em 21/01/2008; Jornal A Tarde em 21/01/2008; Viva Favela em 23/01/2008; Diário de Natal em 20/01/2008; Jornal Bem Paraná em 21/01/2008; Itu.com em 21/01/2008; Diário de Cuiabá em 19/01/2008; Jornal O Globo em 29/12/2007.

Aprovada na Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei 5687/05, do deputado Carlos Santana (PT-RJ), que institui o Dia Nacional da Umbanda, a ser comemorado anualmente em 15 de novembro. Em 2008 a religião celebrou 100 anos.

Fontes: Jornal A Tarde em 22/03/2008; Rádio Criciúma em 25/03/2008; Jornal Correio da Bahia em 24/03/2008;

A cidade de Campinas, no estado de São Paulo, pedra ser a primeira do País a ter um praça pública que homenageia as religiões afro-brasileiras. A Praça Oxóssi, numa área de 27 mil metros quadrados localizada no Jardim Uruguai, região do Ouro Verde, necessitava apenas da sanção do prefeito para deixar de ser um projeto e concretizar-se.

Fonte: site Umbanda Fest, 24/04/08

Os terreiros de candomblé Cobre, Tanuri Junsara e Bogum receberam infocentros em junho, pelo Projeto Roda Baiana, promovido em parceria entre os terreiros, a Universidade Estadual da Bahia (Uneb) e a Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados). Cada terreiro recebeu oito computadores. Instrutores darão aulas de informática aos jovens do bairro da Federação, onde estão localizadas as casas, em três turnos.

Fonte: Jornal A Tarde em 06/06/2008.

Quebrando todas as barreiras do preconceito, pela primeira vez em Alagoas uma mãe de santo assume o cargo de vereadora. A posse de Marinete Santos da Silva aconteceu em 5 de junho, na Câmara Municipal da Barra de Santo Antônio. Além de representar uma religião ainda discriminada no País, Marinete é negra e tem 65 anos de idade, o que a torna a vereadora mais velha no estado.

Fonte: Alagoas em Tempo Real em 09/06/2008

A Igreja Universal do Reino de Deus recebeu condenação inédita por intolerância religiosa, no Caso Mãe Gilda. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) condenou a igreja a indenizar os filhos e o marido da sacerdotisa do candomblé por danos morais, no início do mês de se-

tembro. Leia detalhes na seção “Cotidiano”.

Fonte: Diário da Manhã em 19/09/2008

O filho de santo Marcelo da Silva Gomes entrou com uma ação na Justiça contra o seu vizinho, o mecânico Mauro Monteiro Pinto, alegando que foi ofendido sua religião, o Candomblé, quando ele estava fazendo uma oferenda em Paty de Alferes, no Sul Fluminense. Segundo a sentença, o mecânico teria chamado o filho de santo de macumbeiro e o xingado com palavras de baixo calão. A Justiça condenou o mecânico Mauro Monteiro Pinto a pagar uma indenização no valor de R\$ 3 mil, como consequência aos danos e sofrimentos experimentados pelo filho de santo. A juíza que concedeu a sentença, Katylene Collyer Pires de Figueiredo, argumentou que a disseminação da intolerância religiosa em uma comunidade acarretará insegurança social, havendo de ser rigorosamente rechaçada.

Fontes: Portal G1 em 05/11/2008; Clica Brasília em 04/11/2008

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

No dia 22 de fevereiro, o terreiro da nação angola Oyá Onipó Neto, no bairro do Imbuí, em Salvador, foi parcialmente demolido pela Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo (Sucom). Alegando que o templo encontrava-se construído em área irregular, mas sem apresentar documentação necessária, os funcionários iniciaram o procedimento, que foi interrompido graças à rápida mobilização de membros da Casa e de entidades de combate à discriminação. Mesma mobilização que provocou o posicionamento do Ministério Público, a favor do terreiro; organizou atos públicos de protesto e forçou o prefeito a

desculpar-se publicamente pela ação da Sucom e enviar à Câmara Municipal petição para a regularização definitiva do Terreiro.

Fontes: Jornal A Tarde em 22/02/2008; Portal O Vermelho em 29/02/2008; Jornal Folha de São Paulo em 28/02/2008; Jornal A Tarde em 27/02/2008; Jornal Correio da Bahia em 27/02/2008; Jornal A Tarde em 04/03/2008; Jornal A Tarde em 03/03/2008; Jornal A Tarde em 05/03/2008; Jornal A Tarde em 06/03/2008.

Em março, uma série de reportagens do jornal Extra denunciou que traficantes de diversas favelas estão proibindo manifestações de umbanda, candomblé e expulsando donos de terreiros. A ação estaria ligada ao crescimento de igrejas independentes, cujos líderes permitem que os bandidos continuem no crime e sejam considerados “convertidos por Jesus”; desde que expulsem a “concorrência” de seus territórios.

Fonte: Jornal Extra em 15/03/2008

Quatro integrantes da igreja evangélica Nova Geração de Jesus Cristo foram presos, no dia 2 de maio, acusados de invadir um centro de umbanda no Catete, zona sul do Rio de Janeiro, e quebrar cerca de 30 imagens religiosas, prateleiras e um ventilador. O caso foi registrado na 9ª DP.

Segundo uma das dirigentes do Centro Espírita Cruz de Oxalá, a advogada Cristina Maria Costa Moreira, 45, cerca de 50 pessoas aguardavam em fila a abertura do atendimento ao público, às 19h, quando os agressores ofenderam os presentes e forçaram a entrada na casa. O caso gerou revolta e mobilização das entidades do movimento negro, levando à criação de uma ouvidoria estadual para casos de intolerância religiosa.

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, JB online, TV Canal 13, Correio do Brasil e Jornal O Globo em 03/05/2008; Clica Brasília em 03/05/2008; JB online em 06/06/2008; Jornal O Globo em 04/06/2008; RJ TV em 12/06/2008.

*Em junho desse ano o Terreiro da Casa Branca foi ameaçado de arresto dos bens por uma multa referente ao IPTU – ao qual o templo é imune, como são todos os templos religiosos no País. Após rápida e intensa mobilização, foi reconhecido o direito da Casa Branca – leia detalhes na seção “*Cotidiano*”.

Fontes: Jornal A Tarde em 24/07/2008

PODER PÚBLICO

No dia 21 de maio a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Câmara de Deputados realizou audiência questões relativas às matrizes religiosas no Brasil. A reunião faz parte do ciclo de debates proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS), destinado a tratar de assuntos de interesse da comunidade negra no país. A intolerância religiosa teve destaque nas discussões que reuniram representantes das religiões africanas assim como evangélicos, representantes da CNBB e de entidades do movimento negro, entre outros.

Fontes: Agência Senado em 21/05/2008; Agência do Senado em 21/05/2008; Paraíba.com em 20/05/2008.

A Justiça da Bahia determinou o recolhimento, em Salvador, de todos os exemplares de um livro escrito pelo padre Jonas Abib, fundador da comunidade católica Canção Nova, ligada à Renovação Carismática. O recolhimento foi pedido pelo Ministério Público baiano, para quem o padre cometeu crime de “prática e incitação de discriminação religiosa”. De acordo com o promotor Almiro Sena, Abib faz “afirmações inverídicas e preconceituosas à religião espírita e às religiões de matriz africana”.

Fontes: Jornal Folha de São Paulo em 17/05/2008; JB Online e Portal Terra em 17/05/2008; Verbonet em 19/05/2008; Última Instância em 18/05/2008.

MOBILIZAÇÕES

Em Salvador aconteceu no dia 19 de setembro a III Caminhada pela vida e Liberdade Religiosa, reunindo cerca de cinco mil pessoas, a maioria adepta de religiões de matriz africana, denunciando a intolerância e pedindo respeito ao direito de exercer sua religião.

Fonte: Site Coletivo de Entidades Negras, 21/09/2008.

No domingo 21 de setembro, cerca de 10 mil pessoas participaram uma caminhada na praia de Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro, em defesa da liberdade religiosa. Sob chuva e sob o lema “Eu tenho fé!”, a manifestação reuniu artistas, intelectuais e representantes de várias crenças, com predomínio das religiões afro-brasileiras, que denunciaram o preconceito e a perseguição por parte de outros grupos.

Fontes: Última Hora em 22/09/2008; Tribuna News em 22/09/2008; O Povo em 22/09/2008; Diário da Manhã em 21/09/2008.

Em Curitiba, Paraná, foi realizada a Primeira Caminhada contra a Intolerância Religiosa e Pela Liberdade de Culto, que iniciou na Praça Santos Andrade e terminou na Boca Maldita. A manifestação celebrou também os 100 anos da Umbanda no Brasil.

Fonte: Paraná online em 28/09/2008

O programa Egbé Territórios Negros, de KOINONIA, organizou o Seminário Comunidades Negras Tradicionais como Agentes de Desenvolvimento, realizado nos dias 29, 30 e 31 de outubro em Salvador, Bahia, que pela primeira vez, representantes de Terreiros e remanescentes de quilombos discutiram com órgãos do poder público sobre o desenvolvimento que querem, praticam e esperam dos governos. A reportagem completa sobre o evento está nas páginas 7 a 10.

Fonte: KOINONIA

Localização dos Terreiros atendidos



Mapa de Salvador

Ilê Axé Obá Tony
 Ilê Obá do Cobre
 Ilê Oxumaré
 Ilê Axé Oyá Omin Denan
 Tanuri Junsara
 Ilê Axé Centro de Angola Mensageiro da Luz
 Terreiro do Bogum
 Terreiro Ogum de Cariri – Kilombo

RA VIII Pituba (Sem Registro no Programa)

RA IX Boca do Rio
 Ilê Axé Araka Togum
 Ilê Logum Edé Alakaí Koissan
 Terreiro Onipó Neto

RA X Itapuã

Axé Abassá de Ogum
 Axé Tony Sholayó
 Ilê Axé Osun Yinká
 Ilê Axé Ominader
 Ilê Axé Yeye Jimum
 Terreiro Aloia
 Terreiro Caboclo Itapuã
 Terreiro Oxossi Mutalamó
 Terreiro de Oxum da Lagoa do Abaeté

Viva Deus Neto
 Terreiro Viva Deus Bisneto
 Ilê Axé Ibá Aqueran
 Terreiro Gurebetá Gome Sogboadá
 Terreiro Monaleuci Um'Gunzo de Un'zambi

RA XI Cabula

Ilê Axé Opó Afonjá
 Ilê Axé Oyá Deji
 Ilê Axé Tunadeni
 Terreiro Sultão das Matas
 Unzó Bakisê Sasaganzuá Gongara Caiango
 Unzó Ngunzo Kwa Kayango
 Viva Deus Filho
 Ylê Yá Yalodeidê

RA XII Tancredo Neves

Ilê Axé Gezubum
 Ilê Axé Jagun Bomin
 Ilê Axé Lofan Demim
 Ilê Axé Obá Fangy
 Ilê Axé Olufan Anancidê Omin
 Ilê Axé Omin Alaxé
 Ilê Axé Omin Togun
 Ilê Axé Oyá Omin Olorum
 Ilê Axé Pondamim Bominfá
 Terreiro de Boiadeiro
 Terreiro do Bate-Folha
 Terreiro Olufonjá
 Terreiro São Roque
 Terreiro Sete Flechas
 Terreiro Tumbenci

RA XIII Pau da Lima

Funzó Iemim
 Ilê Omu Keta Posu Beta
 RA XIV Cajazeiras
 Ilê Axé Layê Lubo
 Ilê Axé Omim J'Obá
 Ilê Axé Omin Lonan
 Ilê Axé Omin Nita
 Ilê Axé Onijá
 Terreiro Junçara Kondirê
 Unzó de Kaiango
 Manso Dandalungua Cocuazenza
 Manso Dandoqüenque Dunkinisaba Filho
 Moitumba Junçara
 Nzo Sassa Ganzuá Mono Guiamaze
 Terreiro Vintém de Prata
 Ilê Axé Ogum Omimkayê

RA XV Valéria

Ilê Axé de Ogunjá
 Ilê Axé Omim Funkó
 Ilê Axé Olo Omin
 Ilê Jêje Dahomé Imburaci

RA XVI Subúrbios Ferroviários

Onzó de Angoró
 Grupo das Sacerdotisas e Sacerdotes do Axé
 Ilê Axé Oba Furikan
 Ilê Axé Acoró Genã
 Ilê Axé Loyia
 Ilê Axé Ogum Alakaiyê
 Ilê Axé Anandeuiy
 Ilê Axé Flor da Mirtália
 Ilê Axé Gitolobi
 Ilê Axé Jagun
 Ilê Axé Jfokan
 Ilê Axé Kalé Bokum
 Ilê Axé Obá Omo
 Ilê Axé Odé Tolá
 Ilê Axé Omi Euá
 Ilê Axé Omin Loyá
 Ilê Axé Unzó Mona de Amean
 Ilê Olorum Axé Giocan
 Luandan Jucia
 Terreiro Caboclo Catimboiá
 Terreiro Gidenirê
 Terreiro Mucundeúá
 Terreiro de Nana
 Ilê Axé Arin Massun
 Ilê Axé Giroqueme

RA XVII Ilhas

Ilê Axé Airá

Região Metropolitana de Salvador

Ilê Ala Axé
 Ilê Axé Maa Axé Ni Odé
 Ilê Axé Gum Tacum Wseré
 Ilê Axé Jesidea
 Ilê Axé Oba Nã
 Ilê Axé Ofá Omin
 Ilê Axé Omim Lessy
 Ilê Axé Ondó Nirê
 Ilê Axé Opó Olú-Odé Alayedáá
 Ilê Axé Oyá
 Ilê Axé Odé Obá Lodê
 Ilê Axé Odé G'mim
 Ilê Axé Taoyá Loni
 Ilê Axé Dan Seji Olá
 Ilê Axé Bokum
 Ilê Axé Igbonan
 Sindirátukuá Filha
 Terreiro Angurusena Bya Nzambi
 Terreiro de Jauá
 Terreiro Filhos de Ogunjá
 Terreiro Kawizidi Junçara
 Terreiro São Bento
 Tuumbaengongonsara
 Unzó Tateto Lemba
 Ilê Axé Alafumbí
 Ilê Axé Awon Funfun

Outras Cidades

Centro de Candomblé Santa Bárbara (Itabuna)
 Ilê Axé Ijobá Oxumarê-Yewá (Itabuna)
 Ilê Axé Jitolobi (Araci)
 Ilê Axé Kayó Alaketu (Cachoeira)
 Ilê Axé Obá Nijó Omim (Muritiba)
 Ilê Axé Obé Fará Ogum Lonan - Itabuna
 Terreiro Afoxê dos Orixás (Rio de Contas)
 Terreiro de Ilhéus
 Terreiro Matamba Tombeçy (Ilhéus)
 Terreiro de Praia do Forte (Mata de São João)
 Terreiro de São Sebastião (São Sebastião)

Terreiros sem localização registrada no Programa EGBÉ

Ilê Odé Omim Losé
 Ilê Axé Odó Biticó
 Ilê Axé Oiá Igebe
 Terreiro Omim Oiá
 Unzó Katendê Ye Dandalunda
 Unzó Kwa Mpaamzo
 Terreiro Oiyá Deatamba
 Terreiro Kongo Lemba
 Ilê Axé Iroko Sun

RA I Centro

Ilê Erinlé Axé Odé Ifeolá

RA II Itapagipe

Ilê Axé Airá Omim
 Ilê Axé Odé Lomin Infan
 Ilê Axé Ogum Ladê Iyá Omim
 Ilê Axé Omin Leuá
 Ilê Iyá Osshum
 Terreiro de Oxum do Caminho de Areia

RA III São Caetano

Ilê Axé Idanjeuê
 Ilê Axé Obá Inan
 Ilê Axé Opó Ibu Alama

RA IV Liberdade

Ilê Axé Omin Amboke
 Ilê Axé Ewá Omin Nirê
 Ilê Axé Iroko Sun
 Terreiro do Vodunzó
 Terreiro Kanzo Mucambo
 Terreiro de Oxalá

RA V Brotas

Axé Abassá de Amaze
 Centro do Caboclo Boiadeiro
 Centro do Caboclo Oxossi Talami
 Centro Matamba de Onato
 Ilê Axé Ewé
 Ilê Axé Jifulé
 Ilê Axé Jualê
 Ilê Axé Oluwayê Dey'I
 Ilê Axé Oyá Tunjá
 Ilê Axé Omin Afonjá Rode
 Nzó Mdemboa - Kenã
 Ilê Axé Omin Ode Azoani
 Terreiro Oxossi Caçador
 Terreiro Unzó Awziidi Junçara
 Tuumba Junçara
 Tuumbalaji Junçara
 Unzo Katende Dandalunda

RA VI Barra

Sem Registro no Programa

RA VII Rio Vermelho

Ilê Axé Aché Ibá Ogum
 Ilê Axé Alarabedê
 Ilê Axé Iyá Nassó Oká
 Ilê Axé Obá Nirê
 Ilê Axé Obá Tadê Patiti Obá
 Ilê Axé Omin Deuá
 Ilê Axé Onirê Ojuirê
 Ilê Axé Oyó Bomim

Um terreiro, uma história

O Viva Deus Bisneto é o filho mais novo da família Viva Deus. Sua história começa com a iniciação da sua zeladora, Mameto de Inquice Marta do Rosário, ou simplesmente Mãe Marta, como é conhecida na comunidade.

O Terreiro está instalado na Rua Nova Brasília, quadra 14, lote 160, na base das Dunas do Abaeté. Esse local foi escolhido porque *'era o lugar ideal: já era tudo formado na cidade'*, relata Mãe Marta.

A história

O Terreiro Viva Deus Bisneto nasceu sob o nome e forma de Centro de Caboclo, funcionando como tal desde o ano de 1988, e passando à categoria de Terreiro de Candomblé quando Mãe Marta recebeu o cargo de Mãe de Santo, em 1999.

Desde a sua feitura de santo já era sabido que a Mãe Marta receberia cargo e teria sua própria Casa.

Foi então no ano de 1999 que foi dado início às atividades de iniciação dos filhos, Ogãs e Equedes da Casa, partindo de um primeiro 'barco' de onde nasceram quatro yaôs.

É um terreiro da nação angola e o mais novo da família Viva Deus, que se originou na Estrada das Barreiras, sob a liderança do finado Pai Feliciano. Deste nasceu o Viva Deus Filho, no bairro da Engomadeira, fundado pela Mameto Ujitu, Leocádia Maria dos Santos, que

deu origem ao Viva Deus Neto. Este foi fundado no bairro de Canabrava por Regina Baltazar e é o terreiro matriz do Viva Deus Bisneto.

Atualmente funciona como Terreiro de Candomblé, mas continua exercendo as atividades de Centro de Caboclo, com atendimento gratuito quinzenal ao público.

Relação com a comunidade

A Casa presta vários serviços à comunidade, como distribuição de cesta básica, de preservativos, realização de feiras de saúde, festa das crianças. "Quando tem festa, enche! Então, é sinal de que é bem visto... Só na festa das crianças, foram quase cem crianças dentro do Terreiro", comenta Mãe Marta. Quanto às pessoas que não gostam, elas se mantêm respeitadas, "pois grande parte em algum momento de suas vidas vieram buscar auxílio aqui; por isso, respeitam nossa presença", explica.

O Terreiro tem buscado elaborar projetos de resgate da cultura afro descendente após a experiência com a oficina de bordado realizada em 2008, com vinte participantes, em parceria com KOINONIA. Leia a seguir o relato de Mãe Marta sobre a experiência, publicado no FE 16:

Foi uma maravilha o curso de bordado, gostei muito. Porque é coisa que sempre tive vontade de fazer, de acolher as pessoas, inclusive pessoas de várias religiões. Não esperava que fosse ser do jeito que foi, tão bom, sem nenhum problema. Não houve discussão, as pessoas foram sem problema de ser no Candomblé. Recebemos também muitas visitas, inclusive estrangeiros, conhecemos novas pessoas... A instrutora não podia ser uma pessoa melhor, ela foi um tudo para mim, durante esse curso. Os debates foram ótimos; o de meio ambiente foi muito bom mesmo! As alunas não perdiam aula sem motivo sério, a frequên-



Mãe Marta do Rosário

cia foi assídua. Elas gostaram muito, e querem continuar; alguma já começou a ganhar algum dinheirinho extra com o bordado e não quer parar.

Outro trabalho que vem sendo realizado há anos é com as crianças e jovens do bairro: a capoeira, no centro Arte Brasil Capoeira. O responsável é o Professor Papa Capim (César), filho de Mãe Marta. Em 2008, o Terreiro promoveu, em parceria com Koinonia e com o Arte Brasil Capoeira, uma oficina de maculelê, puxada de rede, samba de roda e capoeira, envolvendo aproximadamente 30 crianças e adolescentes. Uma mostra desse trabalho foi apresentada no Seminário Comunidades Negras Rurais como Agentes de Desenvolvimento, promovido por Koinonia em outubro de 2008.

Os momentos de oficinas foram também momentos de reflexão sobre direitos: direitos civis, culturais, religiosos, direito à saúde, direitos das mulheres, direito ao meio ambiente. As pessoas que frequentaram essas oficinas, debates e eventos, ao longo do ano de 2008, destacam muito o carinho de Mãe Marta, sua forma de acolher a todos e de conseguir promover união e harmonia entre as pessoas. Todos afirmam a importância do Terreiro para a comunidade.

Texto elaborado pela equipe do Programa Egbé e Mãe Marta.



Capoeira com a comunidade do Viva Deus Bisneto

Almoço de Trabalho e Freternidade

Dança, música e representações de diferentes orixás foram exibidas pelo grupo Odún Olá, que abriu o Almoço de Trabalho e Fraternidade de KOINONIA, no dia 23 de agosto, em Salvador. O grupo formado por 31 jovens do bairro de Plataforma, subúrbio ferroviário, apre-



Apresentação de abertura do Encontro - Grupo Odun Olá

sentou o que aprendeu na oficina Odún Olá – Vivenciando a Ancestralidade, realizada pelo Terreiro Kalé Bokun e promovida por KOINONIA.

Após a apresentação, os cerca de 150 participantes da reunião que representavam mais de 70 Terreiros de Candomblé foram convidados a visitar a FeirArte, exposição dos trabalhos produzidos nas demais oficinas realizadas pelos Terreiros e promovidas por KOINONIA, a partir do projeto “Capacitação e apoio ao desenvolvimento de Comunidades Negras Tradicionais no Brasil”, co-financiado pela União



Expo-feira realizada durante o Encontro

Européia, Christian Aid e EED (Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento). As participantes das oficinas exibiram com orgulho bolsas, camisetas e toalhas. Odete Barbosa dos Santos, do Ilê Axé Obá Tony, era uma delas. Ela correu para ser fotografada ao lado das roupas tradicionais costuradas na oficina de Corte e Costura do Ilê Axé Alarabedê, promovida no Espaço Vovó Conceição da Casa Branca, da qual foi instrutora. Odete também é multiplicadora do Programa Saúde e Direitos de KOINONIA.

QUE DESENVOLVIMENTO OS TERREIROS DESEJAM?

Os Terreiros atendidos pelo Programa Egbé Territórios Negros vêm discutindo desde o ano passado o tema desenvolvimento. O objetivo é refletir sobre que tipo de desenvolvimento os Terreiros de Candomblé desejam e sobre o seu papel como agentes de desenvolvimento. A partir dos debates dos Terreiros sobre esses temas foi produzido um texto de autoria coletiva. A redação final foi discutida e aprovada durante a reunião de agosto por grupos de trabalho.

O texto aprovado retrata as questões ligadas ao desenvolvimento sob a perspectiva dos temas: Água, Meio Ambiente, Justiça Ambiental e Desenvolvimento; Saúde e Desenvolvimento; Território, Livre Associação e Desenvolvimento; Liberdade Religiosa; Memória e Saberes; Juventude e Desenvolvimento.

Esse material foi um dos insumos para o seminário

‘Comunidades Negras Tradicionais como Agentes de Desenvolvimento’, realizado entre os dias 29 e 31 de outubro, em Salvador, reunindo representantes de Terreiros de Candomblé e de comunidades negras rurais da região do Baixo Sul da Bahia, além de autoridades governamentais que trabalham com políticas públicas para essas populações. Leia matéria completa sobre o seminário nas páginas 7 a 10.



Mãe Rosa do Terreiro Onipó Neto fez oração de encerramento

MÚLTIPLAS HOMENAGENS

Durante a reunião também foi promovida uma cerimônia de entrega de certificados. Os professores e coordenadores das oficinas nos Terreiros receberam certificados pelo trabalho desenvolvido. Maria das Graças Guimarães, Mãe Dadá, responsável pela Associação Beneficente, Cultural e Religiosa Margarida Lima Guimarães, do Terreiro Osun Yinká, surpreendeu a equipe de KOINONIA com uma homenagem: ela entregou à equipe do programa Egbé certificados que atestavam o desenvolvimento de um bom trabalho.



Equipe homenageada

ATENÇÃO: KOINONIA entrará de férias coletivas no dia 22 de dezembro, retornando às atividades normais a partir do dia 26 de janeiro de 2009.

Lista dos Terreiros Presentes no Encontro do dia 23 de agosto de 2008

(em negrito, os terreiros que compareceram pela primeira vez)

AAxé Abassá de Ogum
 Casa Branca
 Centro do Caboclo Mina de Ouro
 Centro Espírita Caboclo Itapoá
 Ilê Axé Ajagonon Elegbo
 Ilê Axé Ajanon Elejigbo
 Ilê Axé Alafumbí
 Ilê Axé Alarabedê
 Ilê Axé Alarabidê
 Ilê Axé Anandeu
 Ilê Axé Ayrá (Ilha de Mar Grande)
 Ilê Axé Ewé
 Ilê Axé Gezubum
 Ilê Axé Igbonan
 Ilê Axé Igbonan
 Ilê Axé Jagun Bomim
 Ilê Axé Jfokan
 Ilê Axé Jifulú
 Ilê Axé Jitolobi
 Ilê Axé Kalé Bokun
Ilê Axé Lofan Demim
Ilê Axé Maroketu
Ilê Axé Obá Furican Rio Sena
 Ilê Axé Obá Oyó

Ilê Axé Oba Tony
Ilê Axé Odé
Ilê Axé Odé G'min
Ilê Axé Odé Tomi
 Ilê Axé Oiá Onipo Neto
 Ilê Axé Oju Oji Odeican
 Ilê Axé Ojuirê
 Ilê Axé Olufan Anancidê Omin
Ilê Axé Omin Dawassiliê
 Ilê Axé Omin Dólar
 Ilê Axé Omin Funkó
 Ilê Axé Omin J'Obá
 Ilê Axé Omin Landê
 Ilê Axé Omin Nijá
 Ilê Axé Ominidê
 Ilê Axé Onicofá Bonijá
 Ilê Axé Opo Aja Omim
 Ilê Axé Osun Yinká
 Ilê Axé Oxossi Talami
 Ilê Axé Oyá
 Ilê Axé Tunadeni
Ilê Axé Yalode Osun Kare
 Ilê Yá Yalodeidê
 Ilê Yíá Osshum

Manso Dandalungua Cocuazenza
 Nzo Bakisé Sasanganzá Gongara Kaiango
 Nzó Sasanganzá Mono Guiamaze
Nzo Tumbenci
 Omin Nitá
Terreiro do Caboclo P. Prata
 Terreiro Caboclo Catimboá
Terreiro de Yemanjá
Terreiro Guizo Mutalambo Junçara
 Terreiro Gurebetá Gome Sogboadã
 Terreiro Kawizidi Junçara
 Terreiro Mucundeúá
Terreiro Ogum do Tempo
 Terreiro Oia Matamba
 Terreiro Olufanjá
 Terreiro Oxossi Mutalambô
 Terreiro Pena Branca
Terreiro Quisanga no Aloly
 Tuumba Junçara
 Tuumbaengongo Sara
 Vintém de Prata
 Viva Deus Bisneto
 Viva Deus Filho
 Vodun Zo

APOIO



FORD FOUNDATION



CHURCH WORLD SERVICE



NORWEGIAN CHURCH AID

United Church of Canada
(UCC)



Canadian
International
Development
Agency

Agence
canadienne de
développement
international



PARCERIA



Este informativo é produzido pelo Programa Egbé Territórios Negros de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Dirigido às comunidades negras urbanas de Candomblé e às redes de solidariedade civil e ecumênica.

EDITORIA: Jussara Rêgo e Rafael Soares de Oliveira

REDAÇÃO DE ATIVIDADES: Equipes do Programa Egbé TN e da Comunicação de KOINONIA

APOIO: Adriana Almeida e Mara Vanessa Dutra.

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE KOINONIA:

Rafael Soares de Oliveira

REVISÃO: Helena Costa, Manoela Vianna e Márcia Evangelista

PROJETO GRÁFICO: Martha Braga

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: Nádia Pinho

IMPRESSÃO: Fast Design

FOTOS: Arquivo de KOINONIA

E-mail: falaegbe@koinonia.org.br

ISSN: 1981-7568



KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
 Rua Santo Amaro, 129 Glória
 22211-230 Rio de Janeiro RJ
 Tel (21) 3042-6445
 Fax (21) 3042-6398
 koinonia@koinonia.org.br
 www.koinonia.org.br



PROGRAMA EGBÉ TN
 Travessa d' Ajuda, nº 37. Edif.
 Martins Catharino, sala 1203 - Centro.
 CEP: 40020-030. Salvador - Bahia
 Tel.: (71) 3266-3480
 projetoegbesalvador@koinonia.org.br